



[Ana Bela Ferreira](#) 07:00

Na campanha para as legislativas quase todos os partidos prometem devolver o tempo de serviço aos professores, uma questão vista como central para os especialistas ouvidos pela SÁBADO. Já o regresso dos exames ou mudanças nos currículos são mais propostas ideológicas do que soluções científicas.

Os professores são sempre uma questão central quando se discute Educação. E depois de [algumas das maiores manifestações da última década](#), pela devolução do tempo de serviço que tinha sido congelado antes e durante o período da troika, tornaram-se uma bandeira eleitoral. Quase todos os partidos com assento parlamentar admitem que se saírem vencedores das Legislativas de 10 de março vão devolver este tempo e valorizar a carreira docente. Uma questão que os especialistas ouvidos pela SÁBADO concordam ser fulcral e que pode ter repercussões na melhoria da educação no País - "O grau de empenho depende muito do bem-estar que se sente e a classe sente-se destrutada", descreve Benedita Portugal e Melo, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (UL).

Apesar de haver modalidades diferentes - a [Aliança Democrática](#) (AD) fala em 20% ao ano ao longo da legislatura, o [PS](#) promete iniciar negociações com vista à recuperação de forma faseada, o [Chega](#) coloca essa recuperação também ao longo da legislatura, o [Bloco de Esquerda](#) (BE) e a [CDU](#) garantem a recuperação integral sem colocar limites temporais e o [PAN](#) compromete-se a recuperar progressivamente este tempo congelado. Só o [Livre](#) e a [Iniciativa Liberal](#) (IL) não referem esta proposta nos seus programas eleitorais.

"É uma daquelas opções inevitáveis se queremos melhorar a educação em Portugal. O mesmo raciocínio que está a ser aplicado para atrair os médicos para o SNS deve ser aplicado aos professores", sublinha Benedita Portugal e Melo, investigadora na área de Políticas de Educação e Formação. Também o economista da Educação Pedro Freitas reconhece que esta é "uma questão legítima, especialmente para quem se vai reformar". Porém, deixa um alerta: "Devíamos ter uma quantificação clara de quanto custa esta medida".

Para os dois especialistas a questão da falta de professores coloca-se ainda de outro ponto de vista. "O debate que tem ficado mais esquecido é como é que atraímos professores e como os atraímos para as regiões com maiores dificuldades - Lisboa, Porto e Algarve -, como é que formamos os professores, que mecanismos diferenciados podemos ter e como integramos professores na carreira", aponta o doutorando em Economia na Nova School of

Business and Economics (Nova SBE). Também a socióloga da Educação reconhece que, por exemplo, à Universidade de Lisboa têm chegado mais candidatos aos cursos de formação de professores e que não é na vontade de ser professor que parece haver problemas. "Há muitos candidatos que querem mesmo ser professores, pelo gosto de transmitir conhecimentos, a carreira tem é de ser mais atrativa, não tanto para os captar, mas para os manter envolvidos."

A este diagnóstico de falta de atratividade e de valorização da carreira, os partidos tentam responder prometendo, entre outras medidas: "Contratar e remunerar professores aposentados" (IL); "rever o salário em início de carreira" (AD); "um subsídio de deslocação a quem estiver a mais de 60 km da sua área de residência" (Livre); "reduzir o hiato entre os índices remuneratórios da base da carreira docente e os índices mais altos" (PS); "programa de vinculação extraordinária de docentes precários" (BE); "revisão do regime de recrutamento, seleção, mobilidade e contratação" (PCP); "ajudas de custo a professores do Ensino Básico e Secundário que se encontrem deslocados a mais de 100 km da sua residência oficial" (Chega); e "estudar a possibilidade de aumentar os vencimentos nos escalões de entrada à profissão como forma de incentivar a entrada de mais jovens na carreira" (PAN).

A "ideologia" dos exames, currículos e descentralização

Depois da quase unanimidade na carreira docente, eis que os partidos mostram as suas diferenças. Uma delas é em relação aos exames no final dos ciclos - uma das matérias mais polémicas em Educação. Aqui as coisas dividem-se mais entre esquerda e direita. Do lado da esquerda o caminho passa por abolir os exames do 9º ano e ter provas de aferição apenas por amostragem (conforme proposta do BE), por eliminar todos os exames atuais e rever o regime de provas de aferição (PCP) ou por repensar a realização obrigatória dos exames no secundário e estudar formas alternativas e/ou complementares de acesso ao ensino superior (Livre). Do lado da direita, a ideia é dar mais peso a estas avaliações: a AD propõe três provas de aferição obrigatórias e universais para o 4º e 6º ano e a publicação dos resultados, a IL quer recuperar os exames no final dos ciclos de ensino básico e o Chega pretende não só o seu regresso como fazer depender deles a passagem de ano dos alunos. O PS propõe manter o sistema atual de provas de aferição no 1º e 2º ciclo e exames no 9º a Português e Matemática a que se juntam os exames no final do Secundário.

Pedro Freitas defende a existência de exames mas acredita que nos ciclos mais baixos não são essenciais para a melhoria das aprendizagens e do sistema educativo. Para o investigador do Centro de Economia da Educação da Nova SBE, "os exames são essenciais para criar âncoras no sistema, para medir os objetivos, e a sua abolição não favorece os alunos mais carenciados, ao contrário do que se acredita. Agora, se há uma resistência aos exames nos primeiros anos da escolaridade, então caminhe-se para uma aferição que seja boa, estável e que não mude ao fim de cada governo. A AD aproxima-se desta proposta e desta visão", aponta.

Já a professora do Instituto de Educação da UL recorre a um projeto de que faz parte para garantir que os exames no 4º ano não trazem qualquer vantagem. "Estou num projeto de investigação que começámos justamente quando os exames do 4º ano foram instituídos. O

que percebemos é que objetivamente a introdução dos exames causa imensa pressão nos miúdos, na família e nos professores, antecipa a lógica da performatividade numa fase tão precoce e não tem vantagens. Além da pressão emocional que causa, há um efeito na introdução dos exames no tipo de ensino que depois é praticado que trabalha muito mais as componentes cognitivas e treina para responder aos exames do que trabalha outras áreas do conhecimento, estratégias de ensino e abordagens. Podemos admitir que o 12^o ano é a transição para o ensino superior, mas depois introduzirmos no 9^o ano e mesmo no 4^o ano, torna o ensino restritivo." Assim, a especialista acredita que "as provas de aferição fazem muito mais sentido, o problema é como as provas são entendidas e recebidas. Por isso, a proposta de valorizar a provas de aferição faz sentido".

Já em relação às mudanças nos currículos previstas, sem grande aprofundamento, nos programas da AD ("flexibilizar as cargas letivas obrigatórias"), do Chega ("reduzir os currículos"), do PS ("revisitar a estrutura do Ensino Secundário Científico-Humanístico"), do BE ("revisão das matrizes curriculares dos cursos profissionais" e "um processo de reforma curricular e revisão dos programas") e do PCP ("revisão dos currículos, visando a formação integral do indivíduo"), a avaliação feita é que se trata mais de uma questão ideológica do que de melhoria do sistema. "Penso que se trata de uma escolha no sentido de potenciar a autonomia das escolas. As escolas tendo em conta o seu contexto podem trabalhar o currículo de forma mais ajustada às necessidades das suas populações, isso faz sentido. Mais, este é o caminho que tem de ser feito, mas esta flexibilização curricular implica o trabalho colaborativo e interdisciplinar entre professores", sublinha Benedita Portugal e Melo. Também é assim que Pedro Freitas entende estas medidas: "As escolas podem ter algum grau de autonomia para investir em disciplinas onde há mais dificuldades, mas nunca para diminuir carga horária. A redução de carga horária é um caminho que não devemos seguir, se reduzirmos mais, isso tem impacto nas aprendizagens".

Quando à descentralização de competências, a famosa municipalização da Educação, está prevista nos programas da AD e do PS, prometendo o BE e o PAN a sua reversão. Apesar de não ter dados científicos sobre o tema, a socióloga da Educação da UL admite que o processo de descentralização possa fazer sentido. "Em teoria, é muito mais fácil serem os decisores políticos locais a dar resposta às necessidades das comunidades do que o governo central, o problema é que os municípios não são todos iguais, têm recursos diferentes, e isso poderia gerar mais desigualdade ainda entre os diferentes territórios. Tem de ser feito de forma a não reforçar as assimetrias que já existem."

Já em relação à redução do tamanho das turmas também previsto em programas mais à esquerda, o economista da Educação acredita não ser possível. "Acho, no cenário atual, impossível, para ser sincero. Não temos professores suficientes para o tamanho das turmas que temos, esses professores não existem, além de que, a verdade, é que as turmas são grandes nas zonas urbanas, mas se formos para fora, a média do tamanho de turmas não é assim tão grande."

Outro dos temas que foi trazido para esta campanha e fez parte até do mais recente relatório "[Estado da Educação](#)" do Conselho Nacional da Educação é a revisão dos ciclos de ensino. Bloco de Esquerda e AD propõem uma junção do 1^o e 2^o ciclo, tal como o órgão

consultivo do Ministério da Educação. "Há imensos países que já têm este primeiro ciclo mais prolongado, tendo em conta as taxas de transição e as dificuldades de transição do primeiro para o segundo ciclo, acho que pode fazer sentido alargar o momento de monodocência até os alunos se encontrarem mais preparados para mudar de ciclo", aponta Benedita Portugal e Melo. A mesma posição defende Pedro Freitas que vê, no entanto, um entrave: "A questão é como se iria organizar o parque escolar".

Para que serve a escola?

Entre as várias propostas partidárias está a velha questão: para que serve a escola? Para formar cidadãos ou mão-de-obra? A esquerda é menos favorável à visão de uma escola que prepara para o mercado de trabalho, já a direita acredita que essa função é fundamental. "Desde os finais do século XVIII que se discute para quê a escola. A resposta foi dada nessa altura: formar cidadãos e prepará-los para o mercado de trabalho. A escola nunca serviu só para preparar para o mercado de trabalho, foi criada também para isso. O debate que se circunscreve a isso é empobrecedor. Conciliar os dois propósitos não é nada fácil, se queremos formar cidadãos críticos, esclarecidos, não podemos restringir o currículo e colá-lo às necessidades imediatas do mercado de trabalho, até porque hoje isso muda muito. A escola deve preparar para o mercado mas com competências que permitam aos alunos enfrentar a incerteza. Por isso, lamento que filosofia e ciências sociais tenham vindo a perder peso. Até ao 12º ano todos deviam ter matemática, português e filosofia", defende Benedita Portugal e Melo.

Pedro Freitas também acredita neste princípio defendendo que a escolha entre um currículo mais profissional deve acontecer só depois dos 15 anos, como já acontece. "Acho que é importante esta escolha para um meio mais profissional, temos é de valorizar o ensino profissional e fazer uma melhor aferição da qualidade do mesmo. No último ano do curso profissional, os alunos fazem um estágio e temos de garantir que as escolas estão em igualdade para se articularem com as empresas para estes estágios. Um aluno do profissional deve aprender o que é susposto para quando entrar no mercado de trabalho, mas também coisas que permitam que se adaptem ao longo da vida. Tem de haver qualidade mais uniforme, bons estágios no fim e se o houver uma necessidade de atualização ao longo da vida terem essas ferramentas à sua disposição."